



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi histórico e transformador para a Companhia, sendo que várias razões contribuíram para tal feito. Dentre elas, citáramos, em ordem de importância, (i) o aumento no número de ativos com a consolidação de 09 novos aterros sanitários, que permitiu a OrizonVR quase que triplicar o volume de resíduos sob gestão, (ii) as primeiras iniciativas próprias na produção de biometano e energia renovável a partir do biogás, e (iii) o início de operação da maior unidade de recuperação de recicláveis da América Latina em Jaboatão dos Guararapes, primeira unidade de triagem mecanizada do grupo. Agradecemos todos nossos colaboradores que tornaram essas entregas possíveis, executando o planejamento estratégico da Companhia, demonstrando a força de nossa cultura e nossa gestão baseada pelo foco na eficiência operacional, integração e busca incessante pela satisfação dos nossos clientes com a entrega de uma gama de serviços e produtos sustentáveis que minimizam seus impactos ambientais, reduzem suas emissões de carbono e ajudam no cumprimento de suas metas de sustentabilidade. O EBITDA Ajustado da Companhia (que considera o pro-forma do volume de créditos de carbono gerados em 2022 e os preços equivalentes de transações recentes) foi recorde histórico, atingindo o valor de R\$ 312,5 milhões, um crescimento de 76% em relação ao ano de 2021, o que superou nossas expectativas e confirmou a mudança de patamar da Companhia. Quando observamos o EBITDA Pro Forma do 4T22, também atingimos o resultado recorde de R\$ 101,8 milhões apontando para uma Companhia que já está rodando a R\$ 407 milhões de EBITDA anualizado. Historicamente, a OrizonVR tem reportado um crescimento consistente do seu EBITDA Normalizado a cada trimestre e continuaremos vendo esse ritmo nos próximos períodos, sobretudo devido a melhoria de margem dos ativos adquiridos, aumento expressivo do volume de resíduos nos aterros em fase de *ramp-up* (tais como Curitiba, Porto Velho e Aparecida de Goiânia) e as contribuições das unidades de triagem mecanizada em nossos resultados. Também atingimos, no ano de 2022, a Receita Operacional Líquida, com créditos de carbono pro-forma, recorde de R\$ 720 milhões, crescimento de 65% em relação ao ano anterior. Na receita, vale pontuar que, se isolarmos apenas a receita dos ativos originais tivemos um incremento de 10% no comparativo de 2022 com 2021, mostrando a capacidade dos equipamentos maduros em crescer sua receita organicamente. Quanto ao volume recebido de resíduos, se compararmos o volume recebido em todos os ativos na mesma base gerencial, ano contra ano, tivemos um incremento de 5% e segregando apenas os ativos originais, um incremento de 4%. Aqui vale pontuar que estamos crescendo em volume de resíduos (mesma base) quase 2 vezes o crescimento do PIB do Brasil no mesmo período. No 4T22, recebemos 2,2 milhões de toneladas em nossas unidades, o que significa 8,8 milhões anualizados, com ativos que tem o potencial de recebimento de resíduos de aproximadamente 12 milhões de toneladas anuais. Conforme previsto, mantivemos nossa alavancagem pro-forma abaixo de 3x, mais precisamente em 2,70x. Dívida Líquida/EBITDA. E, se considerarmos o "EBITDA running", a alavancagem reduz para 2,07x. Ainda sobre estrutura de capital, a Companhia antecipou a possível piora do mercado de crédito em 2023 e através de uma emissão de debênture ocorrida em novembro de 2022, alongou seu último compromisso de curto prazo, melhorando seu perfil de endividamento e fortalecendo seu caixa para os compromissos de 2023. Nossa estratégia de negócios, diversificação geográfica, crescimento de receita e solidez financeira foi reconhecida pela S&P em 2022, que elevou a nota da OrizonVR para 'AA+' (bra) na escala nacional. O resultado líquido ficou negativo em R\$ 143,5 milhões no ano, sendo impactado principalmente: (a) pela ausência de receita de créditos de carbono (R\$ 93,8 milhões), (b) efeito de despesas financeiras sem efeito caixa (R\$ 33,9 milhões), (c) juros de empréstimos que foram utilizados para suportar as recentes aquisições e projetos *greenfields*, que trarão geração de caixa significativa no futuro; e (d) performance negativa de ativos em *ramp-up*. O ano foi marcado pela consolidação da plataforma de aterros sanitários (ou ainda, do "banco de lixo") que impactará positivamente na execução da estratégia da OrizonVR permitindo a exploração das opcionalidades com elevados retornos e potencial de geração de caixa. Em 2023, teremos novamente um exercício de grande transformação positiva, consolidando os resultados dos ativos recém-adquiridos e também dos *greenfields* que iniciaram a operação ao longo de 2022, bem como daremos continuidade a maximização do volume dos resíduos sob gestão com foco principal no aproveitamento do biogás dos aterros sanitários. Para esse ano, esperamos que a BioE comece a implantação de pelo menos 03 novos projetos de biometano que nos trarão forte geração de caixa adicional a partir de 2025. No que diz respeito a crescimento inorgânico, a Companhia deve focar em aquisições oportunísticas e com menor esforço de caixa, priorizando o uso de capital na exploração do biogás e biometano. Do lado ambiental, além de contribuir para o tratamento e destinação final adequado de quase 9 milhões de toneladas de resíduos (prox. 20% do volume descartado adequadamente no Brasil), geramos 2,3 milhões de toneladas de créditos de carbono, que representará retirar de circulação aproximadamente 1 milhão de carros das ruas, produzimos 296,685 MWh capaz de atender ao consumo de mais de 500 mil habitantes por ano e produzimos uma média de 1 milhão de Nm3/dia de biogás, o equivalente a substituir a utilização de 170 milhões de litros de diesel. Do lado social, além do impacto positivo nas comunidades do entorno de nossos projetos, orgulhamo-nos de ter conseguido beneficiar 12,560 pessoas em projetos de educação ambiental e apoio, incluindo 109 organizações parceiras, sendo 54 escolas e universidades de mais de 30 municípios diferentes do Brasil. Por fim, agradecemos a todos nossos colaboradores, acionistas e conselheiros pela contribuição e apoio no processo de transformação positiva pela qual a Companhia está passando. Atenciosamente, **Milton Pilião Jr.** - Diretor Presidente; **Leonardo Santos** - Diretor Financeiro e Relação com Investidores.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	2022/2021 (%)
Receita operacional líquida	626.224	100,00%	435.516	100,00%	43,79%
Custo dos serviços prestados	(438.329)	-70,00%	(256.599)	-58,92%	70,82%
Lucro bruto	187.895	30,00%	178.917	41,08%	5,02%
Recargas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(148.420)	-23,70%	(98.430)	-22,60%	50,79%
Outras receitas (despesas), líquidas	10.310	1,65%	(1.529)	-0,35%	-77,4, 3%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	49.785	7,95%	78.958	18,13%	-36,95%
Resultado de equivalência patrimonial	7.720	1,23%	724	0,17%	966,30%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	77.221	12,33%	26.520	6,09%	191,18%
Despesas financeiras	(231.580)	-36,98%	(125.697)	-28,86%	84,24%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(96.854)	-15,47%	(19.495)	-4,48%	396,81%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(38.691)	-6,18%	(37.534)	-8,62%	3,08%
Diferido	(7.919)	-1,26%	1.520	0,35%	-620,99%
Prejuízo do exercício	(143.464)	-22,91%	(55.509)	-12,75%	158,45%

Receita operacional líquida. A receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$626.224 mil comparativamente a R\$435.516 mil no mesmo período de 2021, o que representou aumento de R\$190.708 mil ou 43,8%. Esse aumento é atribuído substancialmente aos seguintes fatores: I. tratamento e destinação final: aumento de R\$ 211.306 mil ou 79,2% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e o mesmo período de 2021, passando de R\$ 266.697 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 478.003 mil no mesmo período de 2022, devido ao reajuste dos preços dos contratos firmados nos ecoparques da Companhia, celebração de novos contratos nos ativos originais e entrada dos ativos adquiridos UPI Aterros e Ecoparque Pantanal; II. energia, biogás e créditos de carbono: diminuiu de R\$ 33.755 mil ou 32,6% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e o mesmo período de 2021, passando de R\$ 103.476 mil no período exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 69.721 mil no mesmo período de 2022, devido a não contabilização de crédito de carbono em 2022 (R\$ 43.790 em 2021). III. beneficiamento

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	138.827	295	168.875	2.917
Títulos e valores mobiliários	4	70.000	227.328	71.922	398.458
Contas a receber de clientes	5	-	-	258.897	163.362
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	1.815	974	13.907	7.136
Outros ativos	8.a	976	2.204	66.610	31.276
Total do ativo circulante		211.618	230.801	580.211	603.149
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	-	9.168	-	9.041
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.660	14.660
Partes relacionadas	7	190.039	27.027	7.866	7.015
Depósitos judiciais e cauções	17.c	-	11	7.162	6.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	3.582	53.090	69.563
Adiantamentos	8.a	-	-	12.964	6.194
Investimentos	9	771.975	819.547	44.084	4.422
Imobilizado	10	-	-	785.079	375.789
Intangível	11	-	-	525.522	90.841
Direito de uso	12	-	-	42.658	18.810
Total do ativo não circulante		962.014	859.335	1.493.068	602.914
Total do ativo		1.173.632	1.090.136	2.073.279	1.206.063
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	37.616	16.844
Arrendamentos	12	-	-	15.211	9.526
Fornecedores	13	312	126	65.821	43.810
Outorgas a pagar	14	-	-	11.676	12.641
Salários e encargos sociais	15	1.112	1.008	24.849	12.710
Impostos e contribuições a recolher	6.b	4.320	101	48.673	31.313
Parcelamento de impostos	16	-	-	17.904	7.561
Adiantamento de clientes	18	-	-	24.140	20.195
Partes relacionadas	7	32.255	16.829	32.255	16.829
Contas a pagar	19	78	4.284	12.945	13.470
Outros passivos circulantes	8.b	160	218	31.792	4.190
Total do passivo circulante		38.237	22.566	322.882	189.089
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	418.912	658.938	977.538	539.432
Arrendamentos	12	-	-	40.800	11.431
Parcelamento de impostos	16	678	-	56.406	36.790
Provisão para perdas em investimentos	9	-	-	158	158
Partes relacionadas	7	151.893	43.879	3.619	11.917
Provisão para contingências	17.a	-	-	25.075	33.160
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	9.282	-	-	-
Pis e cofins diferidos	6.e	4.139	9.105	4.139	9.105
Contas a pagar	19	-	-	40.021	5.568
Outros passivos não circulantes	8.b	-	-	21.191	-
Total do passivo não circulante		584.904	711.922	1.168.947	647.561
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	844.323	844.323	844.323	844.323
Reserva de Capital	20.c	269.131	240.818	269.131	240.818
Ajuste de avaliação patrimonial	20.e	10.359	10.359	10.359	10.359
Prejuízos acumulados		(888.858)	(739.852)	(888.858)	(739.852)
Outros resultados abrangentes		315.536	-	315.536	-
Participação de controladores		550.491	355.648	550.491	355.648
Participação de não controladores		550.491	355.648	550.491	355.648
Total do patrimônio líquido		550.491	355.648	581.467	369.413
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.173.632	1.090.136	2.073.279	1.206.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Serviços prestados	(1.064)	-	710.046	487.583
Outras receitas	-	-	704.910	491.704
Provisão de para créditos de liquidação duvidosa	(1.064)	-	10.310	-
Insomus adquiridos de terceiros	(5.052)	(3.452)	(267.626)	(160.313)
Custo dos serviços prestados	-	-	(226.956)	(145.169)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.052)	(3.452)	(40.670)	(15.144)
Valor adicionado bruto	(6.116)	(3.452)	442.420	327.270
Retenções	-	-	(140.517)	(53.395)
Depreciação e amortização	(6.116)	(3.452)	(140.517)	(53.395)
Valor adicionado líquido produzido	22.534	80.996	94.834	34.364
Valor adicionado recebido em transferência	(58.572)	75.624	7.720	724
Receitas financeiras	81.109	5.372	37.114	33.640
Valor adicionado total a distribuir	16.418	77.544	396.737	308.239
Distribuição do valor adicionado	22.291	51.450	153.925	125.813
Remuneração direta	19.706	49.656	103.385	97.549
Benefícios	-	14	8.252	3.723
FGTS	2.585	1.780	34.866	20.245
Outros	7.544	(17.801)	135.189	99.322
Impostos, taxas e contribuições	7.544	(17.801)	102.021	78.690
Federais	-	-	3.048	2.956
Estaduais	-	-	30.120	17.676
Municipais	-	-	19.507	13.813
Remuneração de capital de terceiros	135.589	105.923	251.087	138.813
Aluguéis	-	-	19.507	13.116
Despesas financeiras	135.589	105.923	231.580	125.697
Remuneração de capitais próprios	(149.006)	(62.028)	(143.464)	(55.509)
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	(149.006)	(62.028)	(149.006)	(62.028)
Participação de não controladores	-	-	5.542	6.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Nota	Reservas de Capital				Outros	ágo na emissão de novas ações	Bônus de subscrição	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
	Capital social	Custo na emissão de ações	Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis	Outros								
Saldos em 1º de janeiro de 2021	20	300.000	-	30.877	-	3.023	156.664	10.359	(677.824)	-	15.304	82.726
Aumento de capital proveniente da emissão de ações	20	300.000	-	-	81.400	-	-	-	-	381.422	-	381.400
Conversão dos instrumentos patrimoniais em capital		-	-	(30.877)	30.877	-	-	-	-	-	-	-
Custo na emissão de ações - CPC 08		-	(31.146)	-	-	-	-	-	-	(31.146)	-	(31.146)
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.058)	(8.058)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(62.028)	-	6.519	(55.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20	844.323	(31.146)	-	112.277	3.023	156.664	10.359	(739.852)	-	13.765	369.413
Instrumentos patrimoniais	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	297.518	-	297.518
Remensuração ao valor justo de instrumentos patrimoniais	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	27.300	-	27.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.282)	-	(9.282)
Alienação parcial de participação de controlada		-	-	-	28.313	-	-	-	-	28.313	11.669	39.982
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(149.006)	-	5.542	(143.464)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	20	844.323	(31.146)	-	140.590	3.023	156.664	10.359	(888.858)	315.536	550.491	581.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	21	-	-	626.224	435.516
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(438.329)	(256.599)
Lucro bruto		-	-	187.895	178.917
Recargas (despesas) operacionais					
Gerais, administrativas e com vendas	22	(27.343)	(54.519)	(148.420)	(98.430)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.g/1.m	(1.064)	(383)	10.310	(1.529)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial		(28.407)	(54.902)	49.785	78.958
Resultado de equivalência patrimonial		(58.572)	75.624		



Orizon Valoração de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas 30 de setembro de 2022

1. Contexto operacional. A Orizon Valoração de Resíduos S.A. ("Orizon" ou "Companhia") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009 e sede na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Brooklin, município e estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e outras atividades afins, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, o principal ativo da Companhia é o investimento direto na Orizon Meio Ambiente S.A. ("Orizon Meio Ambiente"). Adicionalmente, a Companhia também detém 100% das ações da Fox Holding S.A. ("Fox Holding"), entidade detentora, através da Foxx Inova, de (i) 67% do equiparque de João Pessoa (PB) e (ii) 80% da Unidade de Recuperação Energética (URE) de Barueri, primeiro projeto de geração de energia elétrica a partir da queima de resíduos (waste-to-energy) da América Latina, em fase pré-operacional, tendo a SABESP como acionista com participação de 20% no capital social da Foxx URE-BA. No primeiro trimestre, a Companhia adquiriu, através de sua controlada indireta, a totalidade da participação societária nas empresas Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda e da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda., localizadas em Curitiba, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário privado localizado no município de Curitiba, estado do Paraná, em 19 de maio de 2022. O contrato foi assinado pela controlada Orizon Meio Ambiente S.A. e pelo interdiário dos fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., concluiu a aquisição de 07 ativos no contexto da UPI Aterros, sendo 06 ativos sanitários e 01 planta de beneficiamento de resíduos e logística reversa. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Este. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio, aterro sanitário localizado no estado de Alagoas, passando a deter 08 ativos anteriormente em propriedade do Grupo Este. De forma geral, a Companhia detém, em 31 de dezembro de 2022, 13 aterros sanitários para destinação final de resíduos não-perigosos (espalhados em 08 estados), 02 transbordos, 03 unidades de tratamento e destinação de resíduos perigosos, 06 plantas de exploração de gás, 05 projetos de créditos de carbono registrados, 01 planta de biometano, 05 plantas de beneficiamento de resíduos e 01 planta de produção de energia e 01 usina termelétrica a partir do biometano. As empresas controladas e controladas em conjunto são aqui definidas como "Grupo Orizon" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia. O contexto operacional das controladas diretas é como segue: **Controladas diretas.** a) *Orizon Meio Ambiente.* A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investir e atuar nos seguintes segmentos: **Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos.** A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), três plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 12 (doze) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas e Mato Grosso e possuem capacidade instalada de 23.000 toneladas diárias de resíduos. **Energia de Biogás.** **Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas.** As controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 36.000 Nm³ por hora de biogás em 06 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 60MW instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras no contexto da geração de eletricidade. Os aterros sanitários de Nova Iguaçu e São Gonçalo tem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás no formato take-or-pay com clientes privados, que desenvolvem projetos de geração de energia incentivada. O aterro de Barra Mansa de propriedade da CTR Barra Mansa comercializa biogás para a geração de 2 MW para produtores locais e para grandes empresas. Em relação ao aterro de Jaboatão dos Guararapes, a Orizon Meio Ambiente participa de joint venture (em formato de consórcio) que desenvolve projeto de geração de energia elétrica a partir do biogás. Já em Paulínia, o aterro sanitário, recém-adquirido no contexto da UPI Aterros, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no que tange à exploração de créditos de carbono, as controladas da Orizon Meio Ambiente e a Foxx URE-JP, possuem através de seus aterros geração anual da ordem de 2,0 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa, com projeção de alcançar 3,4 milhões de créditos de carbono por ano até o final de 2023. **Energia de Biogás, Fornecimento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas.** As controladas da Orizon Meio Ambiente beneficiamento de resíduos, em 31 de dezembro de 2022, a Orizon Meio Ambiente conta com 04 (quatro) unidades operacionais, sendo: (i) uma filial em Magé (com blendagem para coprocessamento), (ii) uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. para processamento de resíduos industriais em planta instalada na Companhia Siderurgica Nacional no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, (iii) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba, estado de São Paulo, (iv) 01 unidade em Jaboatão dos Guararapes de triagem mecanizada; (v) 01 unidade de triagem mecanizada em Paulínia e (vi) 01 unidade de blendagem para coprocessamento e logística reversa em Sorocaba. Engenharia Ambiental A Orizon Meio Ambiente possui diversos contratos de prestação de serviços, com projetos em andamento, tais como: (i) projetos ambientais, tais como: (i) recuperação de áreas degradadas, (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera; dentre outros. b) *Fox Holding.* A Foxx Holding é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo e tem como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior. A Foxx Inova Ambiental S.A., é uma holding de participações subsidiária integral da Foxx Holding, que tem como investimentos: (i) participação majoritária (67%) da Foxx URE JP, que detém a concessão do aterro sanitário de João Pessoa, (ii) é única acionista da URE Barueri, que detém a concessão, em formato de Partilha Pública Privada, do projeto de geração de energia a partir dos resíduos (waste-to-energy) a ser implantado no município de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, e (iii) é controladora, através da Orizon Pantanal Holding Ltda. (antiga Orizon Locação Ltda.), da Orizon Pantanal (antiga CGR Curitiba) e CGR Ambiental, aterro privado do município de Curitiba, estado do Mato Grosso. O contexto operacional das controladas indiretas é como segue: **Controladas indiretas.** a) *Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI").* A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquela municipalidade, dentre outras atividades. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: **Objeto/Serviço:** Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. **Inicio:** 15 de dezembro de 2000. **Término:** 15 de dezembro de 2034. **Atualmente,** além do município de Nova Iguaçu, a CTRNI atende outros clientes (públicos e privados), dentre eles as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Mesquita. Adicionalmente, a CTR NI disponibiliza entre 10.000 e 12.000 Nm³ por hora de biogás para usina de geração de energia elétrica, que atualmente possui cerca de 23MW instalados, bem como gera créditos de carbono para comercialização. A Orizon Meio Ambiente é a responsável pelo aterro sanitário, para ampliação das atividades ali desempenhadas, além de prestar os seguintes serviços: b) *Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTRA").* Em 26 de novembro de 2008, a Orizon Meio Ambiente adquiriu a CTRA, concessionária do aterro sanitário do município de São Gonçalo (RJ). A CTRA desempenha, única e exclusivamente, as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do antigo lixão de Itaóca, a implantação e operação da nova unidade de tratamento e destinação final de resíduos previstos no Contrato de Concessão PMSG nº 001/2004. A CTRA é um dos principais aterros sanitários do estado do Rio de Janeiro, recebendo resíduos de importantes municípios, tais como São Gonçalo, Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Tanguá, Niterói, Guapimirim e Maricá. Atualmente, a CTRA tem contrato com a São Gonçalo Energia e Gás Renovável S.A. ("SGE") para disponibilizar o biogás produzido a partir do biogás. Atualmente, a SABESP está em fase de implantação de uma usina termelétrica de geração de energia a partir do biogás de aterro sanitário. A concessão da CTRA tem vencimento em agosto de 2030, podendo ser prorrogada por mais 10 anos. **Térmo de composição e ajuste de entendimentos.** Em 23 de novembro de 2017, a controlada CTRA firmou termo de composição e ajuste de entendimentos com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo ("PMSG"), tendo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ("MPRJ") como interveniente. O documento firmado objetiva, dentre outros assuntos, o entendimento para recebimento dos saldos em aberto de longa data que a PMSG (concedente) possui perante à CTRA e o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A CTRA e a PMSG concordaram que a quantia estimada de R\$28.904 deveria ser liquidada pela PMSG de forma aditiva até o prazo limite de 31 de dezembro de 2020 em parcelas mensais no valor de aproximadamente R\$407 mil desde a homologação do termo firmado até a conclusão do trabalho pericial, quando então as parcelas mensais seriam redimensionadas de modo que a liquidação corresponda até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data, o saldo devedor era de R\$14.660. Eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 2020, conforme verificado pelo perito, deveria ser liquidado em parcelas mensais a iniciar em 01 de janeiro de 2021, com valor mensal de aproximadamente R\$825 mil (corrigido pelo IPCA a partir da data de assinatura do termo), em tantas parcelas quantas necessárias até a liquidação integral do eventual saldo devedor que excedesse a quantia a ser liquidada até o prazo limite de 31 de dezembro de 2020. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$14.660, conforme movimentação de recebimentos apresentada na Nota 5. Em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, convencionando entre as partes que a quantia estimada de R\$22.427 será liquidada de forma diferida em parcelas mensais de R\$300 desde a homologação do instrumento de aditivo até a liquidação integral do montante. A diferença entre o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 e o montante do novo acordo firmado de R\$ 7.767 é referente à correção dos valores não quitados do acordo anterior. A Companhia somente irá reconhecer qualquer valor adicional ao inicialmente reconhecido (R\$ 14.660), mediante recebimento. Com base no termo firmado, a CTRA obteve junto à PMSG e ao MPRJ, a extensão do prazo do contrato de concessão para 2030, além da ratificação sobre o direito de atualização dos saldos a receber junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Adicionalmente, após termo de entendimento firmado entre a controlada CTRA, o MPRJ e a PMSG, foi iniciada pericia para levantamento dos valores a receber atualizados que a controlada possui em aberto junto ao poder concedente. Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo tendo como resultado as seguintes informações: **Em favor da CTRA (Concessionária)**

mento do órgão julgador quanto aos moldes para o prosseguimento de determinadas disposições pendentes do referido Termo, relativamente ao escopo desta demanda judicial. Os saldos demonstrados na tabela acima fazem parte das discussões em andamento pela Administração da Companhia junto com a PMSG. Do montante de R\$76.801, demonstrado na tabela acima, R\$14.660 compõem o contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021 registrado nas Demonstrações Financeiras Individuais. O restante, refere-se ao valor pleiteado, que somente será reconhecido contabilmente após a finalização de todo o trâmite processual relativo ao êxito por parte da PRA. Em paralelo ao andamento do processo, em 10 de fevereiro de 2023, a CTRA e a PMSG assinaram aditivo ao termo de composição de ajuste de entendimentos, atualizando o saldo devedor de R\$14.660 para R\$22.427 e atualizando as condições de pagamento. c) *Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM").* Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. O contrato de concessão inclui a recuperação ambiental do "lixão" que recebeu resíduos desse município durante 24 anos. A CTRBM recebe cerca de 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para geração de 2MW energia termelétrica, que atualmente está sendo utilizado em projeto de geração distribuída. d) *ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho").* A ETR Gramacho tem como objeto o transbordamento de destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado no Rio de Janeiro, onde possui um transbordamento para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) *Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa").* A Ecoposa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato de prestação de serviços, atualmente, a Ecoposa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candelária"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 5.000 toneladas diárias de resíduos. **Aproveitamento de biogás para geração de energia.** Em 17 de novembro de 2016, a Ecoposa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda., tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será a responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato de fornecimento de energia a partir da data de assinatura vigorará por até 15 anos, iniciados a partir do início da operação comercial. **Incorporação.** Em 31 de maio de 2022, a Ecoposa foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$65.182, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. Abaixo, resumo das demonstrações financeiras da Ecoposa na data de incorporação em 31/05/2022:

As empresas adquiridas contribuíram com receita bruta de R\$9.789 e lucro líquido de R\$766 da data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 na demonstração do resultado consolidado. A Administração tem a intenção de incorporar e/ou fundir as CGR Curitiba e Ambiental, com vistas a gerar eficiências administrativas e operacionais; dessa forma, considerou as bases fiscais de ativos e passivos líquidos às bases contábeis, motivo pelo qual não foi reconhecido passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados aos ativos. **SPEs UPIs Este (UPIs Este).** O Conselho de Administração do Grupo Orizon aprovou, em 13 de maio de 2022, a Companhia concluiu através do fundo de investimentos crediários gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (stalking horse), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") formada por 08 ativos, sendo 07 aterros sanitários e 01 planta de blendagem de líquidos, sólidos e logística reversa. Em 14 de maio de 2021, foi aprovado na assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial do Grupo Este, prevendo a participação da Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente S.A., em conjunto com o Fundo Jive, como Primeiros Proponentes ("stalking horse"), mediante apresentação de proposta vinculante para aquisição da UPI Aterros, em nome da Companhia. Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição de participação societária integral de 07 (sete) UPI Aterros da Este Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial ("Ativos"), que sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itapevi Ambiental S.A., SPE Itaborá Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação de Judicial do Grupo Este, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Em contrapartida à aquisição da totalidade dos investimentos, a controlada Orizon Meio Ambiente se comprometeu a pagar o montante total de R\$516 milhões, sendo R\$403 milhões primordialmente em caixa, parte à vista e parte em prazo de aquisição, e o restante em 3.545.459 ações ordinárias de emissão da Companhia (estimado, na época do fechamento da compra, em R\$113 milhões). O saldo referente à parcela a ser paga em ações está classificado, em 31 de dezembro de 2022, no patrimônio líquido da Companhia. A contrapartida está no ativo da Orizon Valoração de Resíduos, em virtude de mútuo celebrado a favor da Companhia, com a Orizon Meio Ambiente, como consequência das condições de pagamento da operação. Já a controlada Orizon Meio Ambiente, registrou o montante na rubrica de partes relacionadas versus contas a pagar por aquisição de empresas. O detalhamento do fluxo financeiro da aquisição está na nota 19. Conforme estabelecido em contrato,

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaborá	SPE Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	SPE Maceio	SPE Paulo Bonfatti	SPE Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	95.598	16.963	18.090	38.267	49.313	18.473	10.345	40.830	287.879	
Mais valia - Imobilizado	26.203	4.154	3.762	1.176	2.544	11	-	-	37.670	
Mais valia - Licenças	165.065	-	18.570	-	56.079	-	-	-	143.233	382.947
Mais valia - Carteira de clientes	-	-	1.000	-	-	1.799	-	-	-	2.799
Total da mais valia	191.088	4.154	23.332	1.176	58.223	1.810	-	10.345	143.233	423.416
Ativos líquidos identificáveis	286.686	21.117	41.422	39.443	107.936	20.283	-	10.345	184.063	711.295
Provisão no preço de alocação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.799)
Ativos líquidos identificáveis ajustado da provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	706.496
Ativos líquidos identificáveis ajustado da provisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	701.697
Ativos líquidos identificáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	701.697
Ativos líquidos identificáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	701.697

A Companhia avaliou a aquisição da UPI Aterros como um único bloco de investimento, considerando que as condições apresentadas somente se avaliaram quando da avaliação dos ativos como um todo, tendo sido o valor justo dos ativos adquiridos avaliado como R\$711.295 e o preço de aquisição R\$701.697. Com isso, na combinação de negócios realizada de acordo com o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios e IFRS 3 (R1) - "Business Combination", foi auferido o resultado de R\$10.295, reconhecido dentro de outras receitas operacionais, na demonstração do resultado do exercício. Embora o montante não seja significativo (inferior a 2% da transação), pode-se atribuir que a compra vantajosa deu-se por conta do ambiente de recuperação judicial em que se encontrava o vendedor dos ativos, bem como da posição favorável dos compradores, que eram os principais credores do alienante. As SPEs contribuíram com receitas de R\$190.397 e prejuízo de R\$7.124 da data de aquisição até 31 de dezembro de 2022 na demonstração do resultado consolidado.

Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem a intenção de incorporar os ativos adquiridos, com isso utilizará a debitabilidade da amortização da mais valia dos ativos identificados, motivo pelo qual não constitui passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. n) *Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia").* Em 05 de abril de 2022, foi constituída a Orizon Energia e Gás Renovável Ltda ("Orizon Energia"), cujo objeto social é a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia acionista. A Orizon Energia é controladora integral da Orizon Biometano. Em 30 de maio de 2022, foi constituída a Orizon Biometano Paulínia Ltda ("Orizon Biometano") que tem o objetivo a produção e comercialização de biometano, que suporta a UTE Paulínia. Controladas em conjunto, a) UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia"). Em 16 de dezembro de 2021, foi celebrado Instrumento Particular de Mútuo com Confissão de Dívida e Outras Avenças, por meio do qual a Orizon Meio Ambiente concedeu determinado crédito para a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), para fazer frente aos investimentos iniciais do projeto no âmbito da constituição da UTE Paulínia, sendo que tal mútuo foi quitado em janeiro de 2022. A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com as empresas supracitadas, visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de geração de energia renovável, operando no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado do ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW Médios, com previsão de início de fornecimento de energia elétrica, pela UTE, a partir de 01 de maio de 2022, início este prorrogável até 31 de julho de 2022, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fornecimento da integralidade do volume de energia negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. Entre os meses de maio e junho de 2022, a UTE Paulínia incorreu em penalidade contratual junto a CCEE no montante de R\$13.369 refletindo o hiato entre a data original de início de operação, previsto no contrato, e o prazo efetivo, sendo tal montante refletido no resultado da equivalência patrimonial individual e consolidado da Companhia na proporção de sua participação no negócio. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a UTE Paulínia registrou uma receita líquida de R\$129.104, refletindo a operação total da usina térmica com fornecimento do montante contratado com a CCEE. Os montantes citados nesta nota geram efeitos via equivalência patrimonial na Companhia a razão de 33,33%, em conformidade com a participação no capital social da investida. b) *SES Hatzec Serviços de Resposta e Emergência Ltda ("SES Hatzec").* A SES Hatzec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Hatzec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase de encerramento. c) *Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda ("Vamtec Orizon").* A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderurgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. **Impacto do Covid-19.** A Companhia continua monitorando o cenário econômico no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado no ano de 2022 não houve restrição de funcionamento ou impacto relevante nas operações e no julgamento das estimativas contábeis em decorrência da Covid-19. **Análise de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.** Em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia, diante da ausência de indicadores que levassem a Companhia a verificar e mensurar eventuais montantes. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis. 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionais estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autoriza a emissão das demonstrações financeiras em 19 de abril de 2023. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensuramentos pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver em claro nesta explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada com base na transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	31/12/2022	31/12/2021
Orizon Meio Ambiente	Controlada	100	100
Fox Holding	Controlada	100	100
FIDC Orizon	Controlada	100	100
Orizon Energia	Controlada	100	-
Controlada diretas da Orizon Energia:			
Orizon Biometano	Controlada indireta	100	-
GD1 Itapevi	Controlada indireta	100	-
GD2 Itapevi	Controlada indireta	100	-
GD3 Itapevi	Controlada indireta	100	-
GD4 Itapevi	Controlada indireta	100	-
GD5 Itapevi	Controlada indireta	100	-
Controladas diretas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	100	100
CTRA	Controlada indireta	100	100
CTRBM	Controlada indireta	100	100
SES Hatzec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	100	100
Ecoposa	Controlada indireta	-	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	100	-
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itaborá ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Itapevi ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Paulínia ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Rosário do Catete ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Sorocaba ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Tremembé ⁴	Controlada indireta	100	-
SPE Metropolitana	Controlada indireta	100	-
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	-

as novas ações deveriam ser transferidas para os Fundos Jive até 60 dias depois do fechamento da transação, ocorrido em 19 de abril de 2022. Para a conclusão da aquisição da UPI Aterros, em 26 de agosto de 2022, a Este Ambiental obteve anuência junto à Prefeitura Municipal de Maceió para a alienação da SPE Maceio, autorizando a sua transferência aquisição pela Orizon Meio Ambiente S.A. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Maceio. Em contrapartida a esse último passo na aquisição da totalidade dos ativos da UPI Aterros, a Companhia assumiu o pagamento, a Jive, de valor financeiro ou em ações no montante equivalente a 4.636 mil ações da Companhia, equivalente a R\$184.063, considerando o preço por ação de R\$39,70 (preço por ação do aumento de capital privado concluído em fevereiro de 2023). Para registro da aquisição e preparação do PPA de aquisição, a Companhia considerou a data base de 31 de dezembro de 2022. Em conformidade com o CPC 15, o excedente pago na aquisição foi alocado em caráter provisorio como mais valia de licença, em razão da SPE Maceio possuir licença de concessão. Em toda a operação, a Companhia entregou, no âmbito do aumento de capital privado anuenciado em 26 de dezembro de 2023, o valor total de 8.181 ações para a Jive ao preço unitário de R\$39,70, totalizando o montante de R\$324.818. As condições de pagamento estão detalhadas na nota explicativa 19. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA).** A Companhia avaliou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - "Combinação de Negócios e IFRS 3 (R1) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. Os valores justos descritos e a apuração do ágio na aquisição das SPEs são preliminares conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data da aquisição. As informações referentes aos saldos na data da aquisição estão detalhadas nos quadros abaixo:

	SPE Paulínia	SPE Itapevi	SPE Tremembé	SPE Itaborá	SPE Rosário do Catete	SPE Sorocaba	SPE Metropolitana	SPE Maceio	SPE Paulo Bonfatti	SPE Total
Patrimônio líquido das empresas adquiridas	95.598	16.963	18.090	38.267	49.313	18.473	10.345	40.830	287.879	
Mais valia - Imobilizado	26.203	4.154	3.762	1.176	2.544	11	-	-	37.670	
Mais valia - Licenças	165.065	-	18.570	-	56.079	-	-	-	143.233	382.947
Mais valia - Carteira de clientes	-	-	1.000	-	-	1.799	-	-	-	2.799
Total da mais valia	191.088	4.154	23.332	1.176	58.223	1.810	-	10.345	143.233	423.416
Ativos líquidos identificáveis	286.686	21.117	41.422							



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Transações de Conta-Corrente. Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias possam atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume uma obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas na consolidação do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. **Remuneração do pessoal-chave da Administração.** A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
b) Outros passivos				
Aquisições a pagar (1)	-	-	5.411	-
Outros títulos a pagar (2)	160	218	26.381	4.190
Provisão para fechamento atexo (3)	-	-	21.191	-
Total	160	218	52.983	4.190
Circulante	160	218	31.792	4.190
Não circulante	-	-	21.191	-
(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental, conforme detalhado na nota 1.A maior parte do total é referente às SPEs recém adquiridas que possuem valores a pagar à Estre (antiga controladora), em detrimento de custos de operação de determinados contratos, mantidos temporariamente pela antiga sócia após a conclusão da transação, ocorrida em 19 de abril de 2022, principalmente pelo fato de alguns contratos ainda não terem sido transferidos para as SPEs pela ausência de anúncios.				
(2) Adicionalmente, a Companhia reconhecia nesta rubrica as obrigações com o cliente Bayer, uma vez que a unidade de incineração estava localizada no parque industrial da Bayer. A operação foi encerrada por conta da descontinuidade das operações de incineração de resíduos. (3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de ativos provenientes das recentes aquisições: SPE Paulínia, SPE Itapevi, SPE Tremembé e SPE Rosário do Caete. A provisão ocorre pelo fato de tais ativos serem privados, cuja obrigação de desmobilização é da Companhia. 9. Investimentos. A movimentação dos investimentos para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:				

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração do pessoal-chave da Administração (*)	20.247	49.704

(*) O exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 contempla o reconhecimento integral do pagamento baseado em ações para administração no montante de R\$41.788.

Outros. A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Adicionalmente, exceto pelo mencionado no tópico de pagamento baseado em ações a Companhia não mantém nenhum outro programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
8. Outros ativos e passivos				
a) Outros ativos				
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	-	1.056	1.570
Adiantamentos a fornecedores (3)	976	2.204	16.023	16.445
Adiantamentos para aquisição de novos negócios (4)	-	-	25.051	8.327
Ativo mantido para venda (5)	-	-	16.798	-
Total	976	2.204	79.574	37.470
Circulante	976	2.204	66.610	31.276
Não circulante	-	-	12.964	6.194
(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R\$65 nas faturas emitidas contra a mesma, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser recebidos após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1). (2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros). (3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde. (4) Refere-se a adiantamentos realizados para aquisição de novos ativos, em linha com plano de expansão dos negócios da Companhia, incluindo recursos antecipados no âmbito da aquisição do aterro sanitário de Porto Velho, estado de Rondônia. (5) Em 2022, a Companhia decidiu encerrar a atividade da unidade incineradora oriunda da Orizon Meio Ambiente. Desta forma, a Companhia está mantendo nesta rubrica os saldos de ativo imobilizado desmobilizado em conformidade com o CPC 31, visando a venda dos mesmos.				

10. Imobilizado (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado, líquido				
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	24.000	4.146	8.746	1.018
Adições	-	-	1.037	550
Reclassificação	(3.566)	-	(23)	3.965
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.434	4.146	9.760	4.583
Saldo oriundo de aquisições de empresas	16.145	5.881	354	4.529
Ativo mantido para venda	(7)	-	-	1.218
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	10.027	10.121	4.474
Depreciação acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	(3.574)	(8.442)	(455)
Adições	-	(133)	(39)	(13)
Reclassificações	3	3	23	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(3.704)	(8.458)	(471)
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	(4.909)	(57)	(1.309)
Adições	-	(1.186)	(122)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(9.799)	(8.637)	(483)
Imobilizado, líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.434	442	1.302	4.112
Saldo em 31 de dezembro de 2022	36.572	228	1.484	3.991
Vida útil média (anos)			5	25

11. Intangível (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Intangível, líquido				
Aquisições:				
Novager Eco-Energia Ltda. (i)	3.533	3.533	-	-
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	35.235	35.235	-	-
Carteira de clientes	347	654	-	-
Acordo de não competição	-	193	-	-
Força de trabalho	-	11	-	-
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	8.065	8.065	-	-
El Capital Participações e Investimentos S.A. (ii)	10.107	10.107	-	-
Gaia - Gestão Ambiental da Indústria Ltda. (i)	14.933	14.933	-	-
E-Ambiental Ltda. (i)	3.990	3.990	-	-
Haztec Sul Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda. (i)	107	107	-	-
ETR Gramacho (i)	2.731	2.731	-	-
Carteira de clientes	-	190	-	-
Acordo de não competição	-	49	-	-
SPES API Estre	-	-	-	-
Licenças	381.644	2.620	-	-
Carteira de clientes	2.620	-	-	-
Provisão para realização de alocação de preço de compra	(4.799)	-	-	-
CGR Cuiabá/CGR Ambiental	-	-	-	-
Licenças	58.903	-	-	-
Provisão para fechamento de aterro	(2.045)	-	-	-
Subtotal - ágios e mais valias relacionadas a aquisição de investimentos	515.371	79.798	-	-
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	7.456	8.069	-	-
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	1.197	1.492	-	-
Subtotal - concessões	8.653	9.561	-	-
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	90	1.008	-	-
Software	124	-	-	-
Total	525.822	90.841	-	-

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 5,0 a.a.), (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, normalmente entre oito e cinco anos, correspondente a uma taxa média ponderada que se aproxima de 15% a.a., dependendo da razão entre o volume tratado (metros cúbicos) e a capacidade total de cada célula. Nesta rubrica também está classificado o montante de R\$57.736 e R\$51.424 referentes aos projetos para construção da unidade de WTE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Foxx URE-BA e UTM Jabotão, respectivamente. (3) Refere-se à adições decorrentes dos imobilizados advindos das combinações de negócios ocorridas no primeiro semestre de 2022. Estes ativos possuem vida útil entre 1 e 42 anos, estando a maior parte dos ativos alocados na faixa média de 23 anos. **Orientação OCP 05 - Contratos de concessão (Consolidado)**

	Licença de operação (LI) (*)		Licença de operação (LO)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	650	2.224	-	-
(+) Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650	2.224	-	-
(+) Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	650	2.224	-	-
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(410)	(1.106)	-	-
(+) Adições	(29)	(110)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(439)	(1.216)	-	-
(+) Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(447)	(1.312)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	211	1.008	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	203	908	-	-

(*) As licenças de instalação estão apresentadas na rubrica de "instalações" no ativo imobilizado.

Objetivando atender ao previsto na Orientação OCP 05, os ativos sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) definirão por proceder ao registro dos custos ambientais futuros decorrentes das licenças de implantação ("LIs") no ativo imobilizado e licenças de operação ("LOs") no ativo intangível, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. As controladas indiretas (aterros sanitários) realizaram o levantamento detalhado quanto aos custos e prazos dos programas relacionados à fase de implantação, bem como aqueles decorrentes das licenças de operação que vigorarão até o final das concessões, ou seja, durante toda a fase de operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados fatos relevantes que afetassem os registros destas licenças. Após o registro inicial, os saldos são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia quando da realização do referido estudo. Os valores contabilizados serão amortizados mensalmente até o final das suas respectivas licenças ambientais.

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	96.374	-
Adição de outros intangíveis	-	-	269	-
Amortização - mais-valia	-	-	(3.539)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.016)	-
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(1.247)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	90.841	-
Alocação de preço de compra	-	-	452.336	-
Adição de intangíveis	-	-	181	-
Amortização - mais-valia	-	-	(11.964)	-
Provisão para realização de alocação de preço de compra	-	-	(4.799)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.008)	-
Amortização de outros intangíveis	-	-	(65)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	525.522	-

Perdas por redução ao valor recuperável. No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a análise de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; e
- Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicado uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

13. Taxa de desconto

	Taxa de desconto		Ativos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
UGC				
Remediação e Consultoria	3,75%	15%	68.062	Valor em uso
Carteira de clientes	5,25%	15%	8.065	Valor em uso
Plastimassa	5,25%	15%	70.341	Valor em uso
Ecopessa	5,25%	15%	17.605	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5,25%	15%	-	-

14. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	96.374	-
Adição de outros intangíveis	-	-	269	-
Amortização - mais-valia	-	-	(3.539)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.016)	-
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(1.247)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	90.841	-
Alocação de preço de compra	-	-	452.336	-
Adição de intangíveis	-	-	181	-
Amortização - mais-valia	-	-	(11.964)	-
Provisão para realização de alocação de preço de compra	-	-	(4.799)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.008)	-
Amortização de outros intangíveis	-	-	(65)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	525.522	-

Perdas por redução ao valor recuperável. No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a análise de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas-chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; e
- Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicado uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

15. Taxa de desconto

	Taxa de desconto		Ativos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
UGC				
Remediação e Consultoria	3,75%	15%	68.062	Valor em uso
Carteira de clientes	5,25%	15%	8.065	Valor em uso
Plastimassa	5,25%	15%	70.341	Valor em uso
Ecopessa	5,25%	15%	17.605	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5,25%	15%	-	-

16. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos				
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-	-	96.374	-
Adição de outros intangíveis	-	-	269	-
Amortização - mais-valia	-	-	(3.539)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.016)	-
Amortização de outros intangíveis no exercício	-	-	(1.247)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	90.841	-
Alocação de preço de compra	-	-	452.336	-
Adição de intangíveis	-	-	181	-
Amortização - mais-valia	-	-	(11.964)	-
Provisão para realização de alocação de preço de compra	-	-	(4.799)	-
Amortização dos intangíveis de concessão	-	-	(1.008)	-
Amortização de outros intangíveis	-	-	(65)	



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	312	126	65.821	43.810
14. Outorgas a pagar (consolidado). Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente. As outorgas são calculadas sobre todas as receitas geradas no ato sanitário, excetuando-se as receitas oriundas do próprio poder concedente, no qual a empresa opera sob concessão, através de percentuais definidos nos respectivos contratos de concessão. Os cálculos são mensais e ao final de cada período os valores de outorgas são registrados no resultado do contrato passivo correspondente. A quitação da obrigação pode ocorrer por pagamento direto ao concedente ou via compensação com saldos a receber de serviços faturados contra o próprio poder concedente, se houver mútuo acordo. As outorgas oriundas da controladora CTRNI, a partir de julho de 2013 começaram a ser quitadas por meio de compensação com as contas a receber das Concedentes (Nota 5). As outorgas vencidas e ainda não compensadas são corrigidas pelo mesmo índice de correção do contas a receber da prefeitura de Nova Iguaçu (INPC/IBGE + juros de 1% ao mês).				
Aterro sanitário				
Orizon Meio Ambiente (1)	10%	101	1.101	2024
CTRNI (2)	10%	3.278	5.856	2025
CTRBM	2%	3.350	4.153	2026
CTRBM	6%	4.686	2.150	2027 em diante
URE-JP	10%	261	381	56.406
Total		11.676	12.641	

(1) Outorgas calculadas sobre contratos de comercialização de crédito de carbono, através da incorporação da Novagerar em 2009 (antigo controladora da CTRNI). (2) Outorgas calculadas sobre operações realizadas no aterro sanitário de Nova Iguaçu, sobre as seguintes transações: tratamento e destinação de resíduos, comercialização de biogás e comercialização de crédito de carbono.(3)

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários a pagar	458	482	4.759	2.323
INSS a recolher	140	165	4.849	2.419
FGTS a recolher	-	-	748	446
Provisão e encargos sobre férias	-	-	10.820	6.448
Provisão e encargos sobre 13º salário	-	-	980	-
IRRF sobre salários	514	361	1.519	975
Outros	-	-	1.174	99
Total	1.112	1.008	24.849	12.710

16. Parcelamento de impostos (consolidado)

	31/12/2022	31/12/2021
INSS (3)	9.027	1.805
INSS (1)	130	120
ICMS (2)	433	1.744
COFINS (3)	25.586	19.381
IRPJ (3)	17.072	10.899
CSLL (3)	7.097	4.622
PIS (3)	5.074	3.994
PER (3)	9.891	1.786
Total	74.310	44.351
Circulante	17.904	7.561
Não circulante	56.406	36.790

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

Valor	Quantidade de originais	Parcelas a vencer	Índices de correção
INSS	4.332	13 a 57	Selic
INSS	3.283	21 a 81	Mora + IPCA
ICMS	3.167	8 a 20	Mora + UFIR
IRPJ	15.134	57	Selic
CSLL	6.482	57	Selic
PIS	5.693	57	Selic
COFINS	27.386	57	Selic

(1) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 refere-se à homologação de parcelamento de ISS das controladas indiretas CTR BM e CTRA. (2) Em

Abaixo, resumo dos principais processos e suas respectivas naturezas:

Tributário	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. (15540.720123/2019-49)	43.059	38.697
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. (15540.720116/2019-47)	31.851	29.266
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540.720.015/2020-18)	25.772	23.143
Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. (15540.720112/2019-69)	16.324	14.637
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2015. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (10480.729084/2018-01)	13.108	11.885
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2012. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (10480.721482/2017-90)	11.398	10.476
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540.720.013/2020-11)	10.590	9.506
Trata-se de pedido de compensação de crédito negativo de IRPJ ao final do ano calendário de 2013. (15251.720028/2020-34)	6.614	-
Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. (15540.720.014/2020-85)	5.347	4.794
Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal. (15540.720117/2019-91)	4.756	4.272
Tela provisória de urgência ajuizada com o objetivo de garantir, em caráter antecedente, para que supostos débitos de ISSQN não substanciam evidência à expedição de certidão de regularidade fiscal em nome da empresa. (0003475-24.2021.8.19.0001)	4.487	-
Auto de infração para a cobrança contribuições previdenciárias parte patronal. (15540.720115/2019-01)	4.223	3.793
Outros processos tributários	60.869	38.857

Trabalhista

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (0010298-61.2013.5.14.0008)	3.000	3.000
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (0000843-90.2022.5.13.0008)	758	-
Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (0100837-74.2022.5.01.0055)	636	-
Outros processos trabalhistas	4.074	3.319

Cível

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Incidente de desconexão da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. (0025435-94.2005.8.26.0100)	24.935	18.693
Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. (0164804-21.2016.8.19.0007)	13.351	9.797
Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. (0017008-81.2011.8.19.0007)	8.933	33.447
Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda de Outras Avenças. (0096028-61.2019.8.19.0001)	7.329	7.329
Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (1868/2021)	4.000	-
Ação declaratória objetivando a suspensão dos apontamentos em cadastros restritivos de crédito, bem como a percepção de eventual indenização por danos morais e materiais. (0251386-19.2019.8.19.0001)	3.157	104
Cobrança de multa oriunda de supostos descumprimentos de condicionantes de licença ambiental, resultando na interdição dos setores de funcionamento da empresa. (0005162-20.2019.8.19.0029 (EE 0003968-77.2022.8.19.0029)	2.316	1.904
Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (E-07.002.7174/2016)	1.287	-
Execução para cobrança de supostos aluguéis devidos. (0393482-04.2012.8.19.0001 / 0072742-64.2013.8.19.0001)	679	181
Outros processos cíveis	24.325	7.955

Além das causas já mencionadas acima, a Companhia é parte de várias outras demandas judiciais e administrativas de naturezas diversas (cível, trabalhista, tributária, concorrencial etc), cuja análise jurídica da companhia e de seus advogados externos apresentam prognóstico de perda remota.

c) Depósitos judiciais. Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Depósitos judiciais	-	11	7.162	6.579
Em 2019 a controladora direta Orizon Meio Ambiente e a controladora indireta Foxx URE-BA, se tornaram objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor da Foxx URE-BA, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes. Desta forma o montante de R\$5.774 entrou em bloqueio judicial até a conclusão do processo. 18. Adiantamento de clientes (consolidado). Em 15 de outubro de 2014, a CTRNI e a CTRA firmaram contratos para fornecimento de biogás, em regime de exclusividade, do gás biogás extraído e coletado dos aterros sanitários de Nova Iguaçu (RJ) e de São Gonçalo (RJ), para a Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("NIEGAR") e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR"), respectivamente, entidades que atuam na geração de energia a partir de biogás dos aterros sanitários Os contratos de fornecimento de biogás possuem as principais características, descritas a seguir: Vigência - CTRNI - 15 de dezembro de 2034. - CTRA - 10 de agosto de 2030. Preço: os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás biogás fornecidas, que estabelecem demandas mínimas de 1,369 Nm³/h para a CTRA e 2,933 Nm³/h para a CTRNI (unidade de vazão Normal Metro Cúbico por Hora), reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. Compensação: conforme cláusula contratual, o adiantamento será compensado por meio de abatimento dos valores a receber das notas emitidas, à razão de 40% (quarenta por cento). No 1º trimestre de 2016, a Companhia iniciou as atividades de fornecimento de biogás ao cliente Gás Verde, posteriormente NIEGAR e SGEGAR assumiram os contratos que eram da Gás Verde perante a CTRNI e CTRA. Em 2017 a Gás Verde quitou o saldo que a CTRNI possuía em aberto junto ao Paraná Banco como forma de adiantamento contratual estabelecido para o início da operação de comercialização de biogás, no valor de R\$14.000. Este adiantamento foi reconhecido pela CTRA como uma obrigação junto a Gás Verde e passou a ser compensado quando do início da operação de comercialização de biogás. O adiantamento tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde. Em 27 de fevereiro de 2015, a controladora direta CTRNI também recebeu adiantamento da Gás Verde (posteriormente NIEGAR) para a comercialização de Biogás, no montante total de R\$9.308, sendo R\$7.308 em caixa e R\$2.000 por meio de compensação de dívida de parte relacionada. Adicionalmente, conforme contrato firmado entre as partes, em virtude da prorrogação do prazo de concessão do ato sanitário, em julho de 2017, a CTRNI recebeu novo adiantamento do cliente Gás Verde no montante de R\$10.000. Os montantes foram reconhecidos pela CTRNI como uma obrigação junto a Gás Verde (posteriormente NIEGAR) e desde o início da comercialização de biogás tem sido compensados com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde/NIEGAR. A partir de 2018, as controladas CTRNI e CTRA começaram a faturar e receber os valores com base nas medições correntes. Conforme descrito na Nota 12, os recebíveis da venda de biogás foram oferecidos em garantia para a operação com o Credit Suisse em junho de 2020, anteriormente os recebíveis eram dados em garantia junto ao FIDC NP, liquidado também em junho de 2020. A dívida junto ao Credit Suisse foi quitada no final de 2021. Conforme divulgado na nota 5, as partes assinaram Termo Aditivo ao Memorando de Entendimentos, liquidando os valores que estavam em aberto até 30 de setembro de 2021. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:				
Abião em 1º de janeiro de 2021			22.777	
Adiantamentos recebidos			17.492	
Compensações			(20.074)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021			20.195	
Saldo oriundo de aquisições			2.260	
Adiantamentos recebidos			30.309	
Compensações			(28.624)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022			24.140	

19. Contas a pagar. Arbitragem. Em 31 de janeiro de 2012 a Biogás instaurou 3 Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2014, a Orizon Meio Ambiente aderiu ao programa especial de parcelamento de ICMS (PEP) para saldos em aberto, junto ao Estado de São Paulo. O montante total parcelado foi de R\$3.525, dividido em 120 vezes. As parcelas de R\$29 vêm sendo pagas desde dezembro de 2014, sendo a última parcela com vencimento para maio de 2024. (3) Em 2019, as controladas indiretas CTRA, CTRBM, CTRNI, ETR, Ecopesa e Foxx URE-BA homologaram processos de parcelamento de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) junto à Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$7.518. A dívida será quitada em 60 parcelas, corrigida por multa e juros. No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controladora direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14 milhões, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelados.

Cronograma de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
5.878	2.884	2.884	44.760	56.406	
17. Provisão para contingências. a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável. Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:					
Consolidado	31/12/2022	31/12/2021			
Trabalhistas	14.930	20.963			
Cíveis	5.549	12.009			
Tributárias	4.596	188			
Total	25.075	33.160			

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo em 1º de janeiro de 2021	23.182	488
Adições (Reversões)	(2.121)	(300)
Pagamentos	(98)	(5.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.963	188
Adições (Reversões)	(4.618)	4.408
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.930	20.963

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os processos considerados como de probabilidade de perda provável pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações Financeiras Individuais são conforme quadro abaixo:

Natureza dos Processos	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Cível	90.313	99.762
Trabalhista	8.879	6.319
Tributário	238.396	189.325
Total	337.587	295.271

Em 28 de julho de 2019 o Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus transferiu para Inovatec Participações S.A as debêntures ainda não convertidas através de documento assinado entre as partes. Tal transação ocorreu no momento da aquisição das ações do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus pela Inovatec Participações S.A. No primeiro trimestre de 2021, antes da abertura de capital, as debêntures foram convertidas em ações e alocadas como Reserva de Capital. **Emissão de novas ações.** No instrumento firmado em 19 de abril de 2022 na aquisição da UPI Aterros pela controladora Orizon Meio Ambiente, foi firmado que a Orizon Valorização de Resíduos transferirá o total de 3.545.459 ações valorizadas pela média ponderada das ações dos últimos 60 períodos, até a data de fechamento. Em 31 de dezembro de 2022, as ações estavam valorizadas a R\$34,00 (R\$34,00 líquido de custos diferenciais). O montante está classificado no patrimônio líquido da Orizon Valorização de Resíduos em virtude do compromisso futuro para emissão de novas ações para a Jive, quitando parte da dívida da controladora Orizon Meio Ambiente.

A movimentação está demonstrada abaixo:

	3.545.459
- Quantidade de ações	3.545.459
- Valor de Mercado em 19/04/2022	32
- Saldo atualizado em 19 de abril de 2022	113.455
- Marcação a mercado para valorização de ações em 31/12/2022 (R\$39,70 - valor da ação)	27.300
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.282)
- Saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022	131.473

Conforme estabelecido em contrato, as novas ações deveriam ser transferidas para a Jive em até 60 dias depois do fechamento da transação, ocorrido em 19 de abril. A não entrega imediata, ensejaria multa de 10% sobre o valor original da dívida (R\$113.455). Conforme ato de aumento de capital ocorrido no início de 2023 para formalização de aumento de capital (vide detalhamento na nota 29), foi definido e firmado em documento assinado pelas partes, valor unitário da ação final em R\$39,70, performando o montante total a ser entregue em ações para o credor. **c) Reserva especial de ágio na incorporação.** Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de dezembro de 2012, que apresentava o montante de R\$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R\$5.339, gerando um aumento de R\$2.523 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido em Demonstrações Financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações. **d) Bônus de Subscrição.** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram emitidos em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficará registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subsubscriver e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. **e) Ajuste de avaliação patrimonial.** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações Financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). **f) Distribuição de dividendos.** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsto legal. **g) Desdobramento de ações.** A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 25 de janeiro de 2021, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 54,163, após emissão e conversão de novas ações na mesma data, conforme supracitado. Assim, a quantidade de ações passou de 5.122 para 54.163, todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O desdobramento altera única e exclusivamente o número de ações de emissão da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76, não resultando na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia e seus titulares. O desdobramento será efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas, após o efeito do desdobramento de ações, na data da oferta pública de cões, é a seguinte:

Acionistas	Acções	%	Saldo
Inovatec Participações S.A.	39.763	73,41%	399.605
Fundo Spectra Portinari	12.074	22,29%	121.342
SH 1000 Participações S.A.	479	0,88%	4.812
SGR Empreendimentos e Participações S.A.	404	0,75%	4.056
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	140	0,26%	1.411
FIDC NP	812	1,50%	8.165
Outros minoritários (*)	490	0,91%	4.932
Total	54.162	100,00%	544.323

(*) Ações detidas por pessoas físicas.

f) Prejuízo básico e diluído por ação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 3
--	-------------------------	-------------------------	------------------------	---------------



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Categoria	31/12/2021			
	Controladora contábil	Controladora justo	Consolidado contábil	Consolidado justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures				
Contas a receber de clientes				
Contas a receber de partes relacionadas				
Depósitos judiciais e caução				
Passivos financeiros				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos				
Arrendamentos				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Outorgas a pagar				
Adiantamento de clientes				

Hierarquia do valor	Controladora			
	Preços cotados para ativos e passivos Idênticos (Nível 2)	Preços cotados para ativos e passivos Idênticos (Nível 2)	Preços cotados para ativos e passivos Idênticos (Nível 2)	Preços cotados para ativos e passivos Idênticos (Nível 2)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures				
Contas a receber de partes relacionadas				
Depósitos judiciais e caução				
Passivos financeiros				
Fornecedores				
Empréstimos e financiamentos				
Arrendamentos				
Contas a pagar a partes relacionadas				
Outorgas a pagar				
Adiantamento de clientes				

Operação	Ativos (Consolidado)				
	Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2021	Variação	Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2021
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2022 (*)	12,39%				
Aplicações financeiras (Nota 4)	71.922	71.922	74.150	76.378	
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2023	12,39%	15,49%	18,59%		
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2022			2.228	4.456	
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2022 (*)	12,39%				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.015.154	1.015.154	1.046.601	1.078.048	
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2022	12,39%	15,49%	18,59%		
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2022			31.447	62.894	

Risco de gerenciamento de capital. A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos. A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos. Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas: *Caixa e equivalentes a caixa* Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valor justo similares aos saldos contábeis. *Aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas* Os saldos de aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos similares aos saldos contábeis. *Empréstimos e financiamentos* A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo. *Contas a receber, fornecedores (terceiros) e créditos diversos* Por representarem transações comerciais efetuadas em bases de mercado, a Administração da Companhia entende que não há diferenças materiais entre o valor justo e os saldos contábeis. *Partes relacionadas* Os saldos ativos e passivos com partes relacionadas não são remunerados. Não foi possível qualificar os valores justos já que não existem prazos contratuais de vencimento. **27. Cobertura de seguros (consolidado).** A Companhia adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes, considerados pela Administração, como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, as principais coberturas de seguros vigentes da Companhia e de suas controladas, referem-se a coberturas dos ativos sanitários e unidades de tratamento de resíduos, além de administrativo. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferente das taxas de mercado. **b) Hierarquia do valor justo.** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos identificados na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como *Nível 1*. *Nível 2* - Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo *Nível 1* que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do *Nível 2* incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são todos classificados como *Nível 2*. *Nível 3* - Os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de *Nível 3* são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como *Nível 3*. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo. A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambiente/terceiros para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares aquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. **c) Gestão dos riscos financeiros.** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez.** O risco de liquidez representa a possibilidade de descausamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTR, o que tem que a liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a Ecopesa e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerá a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de repasse do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detinha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos (Consolidado)

Operação	Ativos (Consolidado)			
	Saldo 31/12/2022	Saldo 31/12/2021	Variação	Saldo 31/12/2022
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2022 (*)	12,39%			
Aplicações financeiras (Nota 4)	71.922	71.922	74.150	76.378
Taxa anual estimada - exercício a findar-se em 31/12/2023	12,39%	15,49%	18,59%	
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2022			2.228	4.456
Taxa efetiva anual do CDI - exercício findo em 31/12/2022 (*)	12,39%			
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.015.154	1.015.154	1.046.601	1.078.048
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2022	12,39%	15,49%	18,59%	
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2022			31.447	62.894

(*) Fonte: Site B3 (<https://www.calculadorendafixa.com.br/#navbar/calculadora>).

28. Transações não envolvendo caixa (Consolidado)

Saldos a pagar por aquisição de participação societária que não impactarão o caixa da Companhia **324.818**

Saldo pago por aquisição de participação societária através de cessão das debêntures do FIDC **(8.482)**

29. Eventos subsequentes. Aquisição de participação societária. Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. ("CTR PV") junto à Ecofort Engenharia ("Ecofort"), pelo montante de R\$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A Transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades com projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida do CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. Após essa importante aquisição, a Companhia passará a deter através de suas investidas, 14 coparcarias, ampliando sua presença geográfica para 9 estados brasileiros. **Aumento de capital.** Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia homologou o aumento do capital social, no montante de R\$348.205, mediante a emissão de 8.771 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$39,70 por ação. Do preço por ação: (i) R\$17,75 foram destinados ao capital social, totalizando o montante de R\$155.684; e (ii) o saldo de R\$21,95 por ação foi destinado à formação de reserva de capital, totalizando o montante de R\$192.522. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$84.323, divididos em 71.500 ações ordinárias, para R\$1.000.007 dividido em 80.271 ações ordinárias. As Novas Ações emitidas foram creditadas aos seus subscritores no dia útil subsequente ao evento. **Incorporação SPE Paulínia.** Em 28 de fevereiro de 2023, a SPE Paulínia foi incorporada pela sua controladora direta Orizon Meio Ambiente. O acervo líquido incorporado foi no montante de R\$116.014, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. **Aquisição de participação societária.** Em 10 de abril, a Companhia celebrou instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da empresa CTR Santa Luzia S.A. ("CTR SL"), localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$ 25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da Transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. ("SUMA"), o capital social da CTR SL será distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, empresa brasileira controlada pela portuguesa Mota-Engil SGPS S.A. e espanhola Urbaser S.A.. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início de operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. A Transação ratifica a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades e volume de resíduos sob gestão permitindo ainda a implantação de opcionalidades, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros.

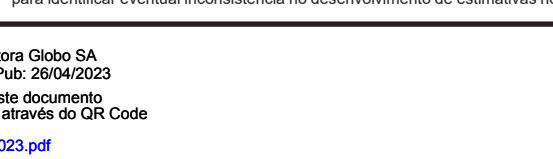
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Orizon Valorização de Resíduos S.A. S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Ênfase - Representação das demonstrações financeiras.** Chamamos atenção à nota explicativa 2.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram alteradas e estão sendo representadas para refletir os efeitos da correção de erro identificado no reconhecimento do resultado da alienação de participação acionária de controlada indireta sem alteração no controle acionário da referida controlada. Em 29 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que ora estão sendo representadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram ajustadas. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Combinação de negócios. Conforme divulgado nas notas explicativas 1.1 e 1.1.m às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu em 19 de abril de 2022, todas as condições previstas na proposta vinculante e demais documentos correlatos. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Chamamos atenção à nota explicativa 2.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em relação a esses principais assuntos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas, e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de

aquisição dos controles acionários das companhias adquiridas; e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em avaliação de empresas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como efetuamos análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos avaliados; (v) avaliação das divulgações em relação ao tema. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas 1.1 e 1.1.m às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ativo gerado em combinação de negócios.** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ativo por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deterioração, conforme nota explicativa 11. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ativos foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre pró-juros fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota explicativa 6.f. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no

futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios relacionados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita.** Conforme mencionado na nota explicativa 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando eles possam ser mensurados de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) o assunto expressivo de transações; (ii) a existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) a relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos serviços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 2.1 às demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos ajuste de auditoria que não foi registrado pela diretoria tendo em vista a sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos Demonstrações de valor adicionado.** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023.



ERD OUNG
dependentes S.S.
Ltda
SPO15199/F

Glaucio Dutra Silva
Contador
CRC-RJ090174/O